

QUEM SÃO OS “NATIVOS DIGITAIS” DA AMAZÔNIA? Um diálogo com a pesquisa TIC Kids Online Brasil¹

Gilson Cruz Junior²
Lucas Gomes da Costa³

Resumo: Este trabalho analisa os dados produzidos pela pesquisa TIC Kids Online Brasil (TKOB) de 2022 e, em especial, de 2023, no intuito de identificar as especificidades e os desafios nas relações entre crianças e internet no território amazônico. Trata-se de uma investigação qualitativa e exploratória que opera na perspectiva da pesquisa documental, tendo como corpus empírico as informações distribuídas nos oito indicadores abordados pela TKOB, material que foi tratado em diálogo com os procedimentos da análise de conteúdo. Em termos de resultados, constata-se que, a despeito de avanços observados em diferentes áreas no âmbito nacional, as crianças da Amazônia ainda se encontram numa posição periférica em relação às demais regiões brasileiras no que tange à distribuição das oportunidades oferecidas pelo ciberespaço e pelas tecnologias digitais na atualidade.

Palavras-chave: Crianças; Amazônia; Internet; Educação; TIC Kids Online Brasil.

WHO ARE THE AMAZON’S “DIGITAL NATIVES”? A dialogue with TIC Kids Online Brasil research

Abstract: This paper analyzes the data produced by the TIC Kids Online Brazil (TKOB) survey of 2022 and, in particular, 2023, with the aim of identifying the specificities and challenges in the relationship between children and the internet in the Amazon region. This is a qualitative and exploratory investigation, which operates from the perspective of documentary research, having as its empirical corpus the information distributed in the eight indicators addressed by TKOB, material that was treated in dialogue with the content

¹ O trabalho contou com apoio do Fundo Amazônia de Apoio a Estudos e Pesquisas (FAPESPA).

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina-SC, é licenciado em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo-ES e mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina-SC. Atualmente, é professor adjunto do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém-PA, Brasil. E-mail: gilsu05@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1906124065625656>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0743-2247>.

³ Licenciado em Informática Educacional pela Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém-PA. E-mail: luc4s7530@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4570044617795487>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-5625-7799>.

analysis procedures. In terms of results, it observes that, despite the advances achieved in different areas at the national level, children in the Amazon are still in a peripheral position in relation to other Brazilian regions regarding the distribution of opportunities offered by cyberspace and digital technologies today.

Keywords: Children; Amazon; Internet; Education; TIC Kids Online Brasil.

¿QUIÉNES SON LOS “NATIVOS DIGITALES” DE LA AMAZONÍA? Um diálogo com la investigación TIC Kids Online Brasil

Resumen: Este trabajo analiza los datos producidos por la encuesta TIC Kids Online Brasil (TKOB) de 2022 y, en particular, de 2023, con el objetivo de identificar las especificidades y desafíos en las relaciones entre los niños e Internet en el territorio amazónico. Se trata de una investigación cualitativa y exploratoria, que opera desde la perspectiva de la investigación documental, utilizando como corpus empírico la información distribuida en los ocho indicadores abordados por TKOB, material que fue tratado en diálogo con procedimientos de análisis de contenido. En términos de resultados, señala que, a pesar de los avances observados en diferentes áreas a nivel nacional, los niños de la Amazonía todavía se encuentran en una posición periférica en relación a otras regiones brasileñas en términos de la distribución de oportunidades que ofrecen el ciberespacio y las tecnologías digitales actualmente.

Palabras clave: Niños; Amazonía; Internet; Educación; TIC Kids Online Brasil.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a generalização das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs) no cotidiano tornou-se lugar comum em diferentes cenários. Essa presença irradiou-se não só por áreas especializadas, mas também por domínios essenciais à manutenção da existência humana que abrangem desde o trabalho até o lazer. Com frequência, essas mudanças são vistas como a materialização de slogans populares - e por vezes utópicos - como “sociedade da informação/do conhecimento” e “aldeia global”, os quais costumam evocar macrotransformações econômicas, sociais e culturais decorrentes de fenômenos transnacionais, como a globalização e a generalização das mídias digitais.

Sob esse pano de fundo, as atividades de cunho educacional também tendem a ser impactadas. Para Selwyn (2016), as TDICs tornaram-se um componente transversal da educação:

Os últimos quarenta anos assistiram a aumentos exponenciais da capacidade de processamento de computadores, acompanhados por grandes desenvolvimentos tecnológicos, como a Internet e a telefonia móvel. Smartphones, tablets e outros dispositivos computadorizados são agora meios comuns de interação com pessoas, de consumo de mídia, de interação com instituições centrais de nossas sociedades e de vivência de muitos aspectos da vida cotidiana. Google e Wikipedia são os primeiros lugares aos quais milhões de pessoas recorrem quando querem acessar informações e encontrar coisas. Essas tecnologias por si só transformaram a geração e a comunicação do conhecimento e, portanto, as formas pelas quais a aprendizagem e a compreensão ocorrem. De todas essas maneiras, muitos elementos importantes da educação são agora profundamente digitais⁴ (p. 1, tradução do autor).

Antes restritas aos grupos de maior poder aquisitivo, as TDICs atingiram um nível de difusão poucas vezes testemunhado ao longo da história por outros veículos de informação. Isso lhes permitiu estabelecer sistemas de consumo, produção e circulação de informação de alcance planetário, graças à multiplicação, ao barateamento e ao protagonismo dos meios de comunicação conectados à rede mundial de computadores.

Ainda assim, em meio a uma atmosfera de crescente otimismo e aparente abundância técnica e informacional, persistem os relatos de problemas e desigualdades no tocante ao acesso e à participação nesse universo, reafirmando a existência de indivíduos e grupos marginalizados que vivem à margem da cultura digital. Ainda é difícil precisar a exata parcela da população incapaz de usufruir, de modo pleno, dos benefícios socioculturais e

⁴ “The past forty years have seen exponential increases in computer processing power accompanied by major technological developments such as the internet and mobile telephony. Smartphones, tablets and other computerized devices are now common means of interacting with people, consuming media, engaging with the core institutions in our societies and generally living out many aspects of everyday life. Google and Wikipedia are the first places that millions of people turn to when wanting to access information and find things. These technologies alone have transformed the generation and communication of knowledge and, it follows, the ways in which learning and understanding take place. In all these ways, many important elements of education are now profoundly digital”

educacionais oriundos das TDICs. Não obstante, também se multiplicam as pesquisas que buscam traçar os contornos dessa problemática, fornecendo dados capazes de auxiliar na construção de melhores estratégias de enfrentamento da exclusão sociodigital.

Em nosso país, o projeto TIC Kids Online Brasil (TKOB) é um dos exemplos de investigação alinhados a essa meta. Promovida pelo Centro de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC⁵), essa iniciativa fornece um amplo retrato nacional e regional sobre a situação de crianças no tocante às suas relações com as TDICs e, em particular, com a internet. Do ponto de vista analítico, o potencial desses resultados não reside apenas em sua possibilidade de subsidiar leituras abrangentes, pois, além de esboçar um retrato geral abarcando todo o território nacional, esses dados também permitem discriminar as especificidades e os desafios das diferentes realidades que coexistem dentro do contexto brasileiro.

Desse modo, o objetivo deste estudo é analisar os dados da pesquisa TKOB 2022 e 2023, com o intuito de identificar os cenários e os desafios das crianças da Amazônia no tocante às suas relações com as TDICs e à internet. Para isso, o texto se organiza de acordo com o seguinte itinerário: a) considerações preliminares sobre crianças e mídias em relação aos desafios da Amazônia; b) pesquisa TIC Kids Online Brasil; c) desenho metodológico do estudo; d) contrastes entre os resultados de 2022 e 2023 no cenário nacional; e e) retratos da Região Norte evidenciados pela TKOB 2023.

CRIANÇAS E MÍDIAS NA AMAZÔNIA: UM PONTO DE PARTIDA

Em 2001, o estadunidense Marc Prensky publicou “*Digital Natives, Digital Immigrants*”, artigo em que apresenta aquela que pode ser considerada uma das principais teses utilizadas para compreender o perfil das crianças do século XXI. Para ele, a ascensão da comunicação digital criou uma cisão sociocultural

⁵ Departamento do Núcleo de Coordenação do Ponto BR (NIC.br), ligado ao Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br).

em que as novas gerações (os nativos digitais) assumem a vanguarda nos usos e nas apropriações das novas tecnologias, enquanto seus pais e responsáveis (os imigrantes) estariam, por sua vez, na condição de retardatários na marcha do desenvolvimento técnico contemporâneo.

Partindo dessa premissa, Prensky (2001) vai além e afirma que os principais problemas da educação atual nascem justamente desse conflito, mais precisamente, do fato de que alunos nativos estão sendo ensinados por professores imigrantes. Os primeiros, segundo ele, não apenas falam e se vestem de modo diferente dos últimos, mas também pensam, processam informações e, por consequência, aprendem de formas essencialmente distintas. Sob essa ótica, o contato precoce com videogames, computadores e telefones celulares teria alterado funções cognitivas básicas dessas crianças, tornando supostamente obsoletas metodologias e estratégias de ensino historicamente hegemônicas. Sob a ótica de Prensky, caberia aos educadores, portanto, o compromisso de aprender com os próprios nativos digitais as melhores maneiras de ensiná-los, atualizando suas práticas pedagógicas para os desafios e as oportunidades da sociedade da informação.

Após mais de vinte anos da publicação do artigo, o debate sobre os nativos digitais revelou uma série de problemas envolvendo o uso desse tipo de rótulo para compreender as novas gerações e suas relações com as tecnologias. No livro “Crescer na era das mídias eletrônicas”, David Buckingham (2007) observa que discursos como esse frequentemente encaram as crianças de modo essencialista, ao ignorar as diferenças socioculturais desses sujeitos como fatores fundamentais na constituição das formas como elas expressam sua infância e suas apropriações do digital. Ademais, também flertam com o determinismo tecnológico, lógica fundada na suposição de que dispositivos e plataformas de comunicação conectados à rede produzem efeitos uniformes e previsíveis em diferentes realidades, ignorando as desigualdades de acesso a esses recursos e aos conhecimentos necessários para explorar suas potencialidades.

Para além da retórica romântica que embala as ideias de Prensky e demais autores defensores do discurso dos nativos digitais e suas expressões cognatas⁶, proliferam-se relatos de que essas crianças não são tão letradas midiaticamente quanto parecem. A esse respeito, Buckingham (2009) novamente questiona-se: se esse tipo de argumento é problemático, por que então é tão popular? Para ele, a resposta está ligada ao crescente e competitivo mercado de tecnologias educacionais que tem buscado construir um imaginário favorável aos seus interesses, transformando o contato precoce com o digital em uma obrigação inegociável de escolas e famílias. Também destaca o anseio de gestores, secretários e formuladores de políticas no sentido de encontrar soluções técnicas (fáceis e rápidas) para problemas socioeducacionais quase sempre complexos.

Nesse cenário, é conveniente revisitar alguns dos princípios que orientam correntes teóricas voltadas ao estudo da infância e que se encontram na base de enfoques em ascensão na atualidade. De início, destaca-se a contribuição de Sarmiento (2004), para quem as crianças representam atores sociais cujos diferentes lugares ocupados na sociedade devem ser permanentemente indagados e mapeados. Para ele, essa geografia pode evidenciar o status da infância como um entrelugar, isto é, “o espaço intersticial entre dois modos - o que é consignado pelos adultos e o que é reinventado nos mundos da vida das crianças - e entre dois tempos - o passado e o futuro” (p. 10). Com isso, esses sujeitos têm sido definidos não apenas por marcadores etários, mas também, e cada vez mais, por suas dimensões sociológicas⁷ e antropológicas, ou seja, como integrantes de culturas distintas que lhes oferecem meios distintos de expressão e condições materiais para manifestar formas particulares de “ser criança”.

⁶ Buckingham (2007) observou a proliferação de neologismos empregados para nomear as crianças e os jovens da cibercultura como “geração net” e “geração digital”, que, apesar de nuances superficiais, reproduzem os mesmos equívocos e reducionismos no modo de conceber esse grupo, seus comportamentos e suas relações com as tecnologias.

⁷ Para mais detalhes, ver Belloni (2009).

Além disso, também vale destacar os Estudos da Criança, perspectiva que, mediante investigações interdisciplinares, propõe-se a produzir análises capazes de

[...] criar novas imagens sociais, de ampliar o conhecimento dos modos de vida das crianças, de focalizar sob lentes mais nítidas o cotidiano, as práticas sociais, as subjetividades, os modos de expressão cultural, os contextos de vida e as condições estruturais da infância. Devem, acima de tudo, resguardar o direito das crianças de viverem plenamente sua infância (Fernandes; Siqueira, 2020, p. 9).

Um dos principais passos para o reconhecimento e fortalecimento dos direitos das crianças envolve a compreensão sistemática de seus diferentes modos de vida e, em particular, das desigualdades em suas condições de existência, com o intuito de identificar potenciais aliados e obstáculos para o pleno desenvolvimento desses sujeitos. Essa demanda é ainda mais evidente em contextos como o Brasil, um país dotado de dimensões continentais e onde habitam inúmeras culturas e comunidades, cuja coexistência é mediada não somente pela heterogeneidade entre seus habitantes, mas principalmente pela distribuição assimétrica e irregular de recursos e oportunidades.

Atualmente, a Amazônia se encontra entre os territórios que têm atraído atenção crescente por parte de autoridades e pesquisadores. Devido ao papel vital que cumpre no equilíbrio climático-ambiental do planeta, essa região está no centro de debates voltados ao enfrentamento de desafios globais e locais, tais como ameaças à sua biodiversidade local, e também aos povos que nela habitam. São caboclos, ribeirinhos, povos originários, remanescentes de quilombos e extrativistas que se distribuem entre a várzea, a terra firme e a cidade, constituindo modos heterogêneos de organização social alicerçados nas relações estabelecidas com a floresta e seus recursos naturais.

Todavia, como bem alertam Fraxe, Witkoski e Miguez (2009), o pertencimento à Amazônia não deve ser abordado de forma simplista, uma vez que

[...] *ser da Amazônia* não implica apenas uma localização no espaço, uma localização geográfica. *Ser da Amazônia* implica em um comprometimento político e social, que não se reduz à descrição e

análise de modos e práticas culturais tradicionais e específicas da região. Esse comprometimento está para além do local de nascimento ou pertencimento, faz parte de um interesse comum em (re)inventar os percursos de uma história marcada pela desigualdade e inferiorização, imposta por um projeto civilizatório que tem como marca a domesticação das múltiplas alteridades amazônicas (p. 32).

Sob esse pano de fundo, existem debates envolvendo as TDICs e suas implicações para a Amazônia e seus sujeitos. Trata-se de um domínio estratégico que cria e opera formas de inclusão e exclusão específicas, ao mesmo tempo em que se conecta a inúmeras formas de poder já estabelecidas. Por esse motivo, o acesso à cultura digital não só caminha para se tornar um direito humano fundamental⁸, mas também interfere nas possibilidades de usufruto de outros direitos constitucionais estabelecidos em diferentes nações ao redor do mundo. No tocante à educação, por exemplo, a disponibilidade de internet está vinculada tanto às condições de participação em modalidades de ensino híbridas ou inteiramente on-line, quanto ao próprio desempenho acadêmico de estudantes em todos os níveis de ensino, uma vez que o ciberespaço abre caminhos para fontes de informação complementares àquelas acessadas em sala, oferecendo ferramentas de expressão e socialização capazes de traduzir o conhecimento em linguagens multimídia variadas. Portanto, a compreensão das especificidades da presença das TDICs no contexto amazônico pode ser um esforço útil ao dimensionamento de problemáticas regionais inscritas em esferas distintas.

Em meio à crescente necessidade de respostas, já podem ser percebidos recursos acadêmicos capazes de fornecer indícios a esse respeito, entre os quais encontra-se a mencionada pesquisa TIC Kids Online Brasil⁹. Trata-se de um extenso mapeamento com abrangência nacional que tem como objetivo produzir um amplo retrato das realidades de crianças e jovens em todo o país no tocante às suas relações com a internet. Além de recortes etários, raciais, étnicos, de classe e de gênero, a TKOB examina especificidades regionais em contraste com os indicadores nacionais. De antemão, entendemos que os dados

⁸ Mais detalhes em Pischetola (2016).

⁹ Na próxima seção, serão apresentados mais detalhes sobre a TKOB.

relativos à Região Norte oferecem oportunidades em relação à compreensão do contexto amazônico - ainda que a correlação entre ambas não seja direta e linear¹⁰.

A Região Norte possui uma área total de 3.870.000 km² de extensão, cuja população soma aproximadamente 17,71 milhões¹¹ (2016). Composto por sete estados (Amazonas, Pará, Acre, Roraima, Rondônia, Amapá e Tocantins), o território abriga parte significativa da Amazônia Legal e da Floresta Amazônica, apresentando a maior biodiversidade do planeta, com uma extensa fauna e flora. Outra característica da região é a baixa densidade populacional, uma vez que parte significativa desses povos se concentra nas margens dos rios e sobrevive da pesca. Além dos ribeirinhos, a Região Norte também é habitada por comunidades indígenas, caboclas, extrativistas, negras, remanescentes de quilombos, bem como pelas populações que vivem nas cidades e nos centros urbanos.

Em diálogo com a TKOB e, principalmente, com os dados relativos à Região Norte do país, este trabalho busca entender quem são e como se comportam os “nativos digitais” da Amazônia em relação à internet. Preliminarmente, reforçamos o caráter problemático do termo “nativo digital”, em especial, no modo como foi concebido por Prensky, imbuindo os debates sobre as diferenças geracionais na cultura digital com premissas essencialistas e deterministas. Entretanto, Buckingham (2009) também reconhece o potencial desse tópico para o amadurecimento das maneiras como analisamos as relações entre os mais jovens e os mais velhos:

Apesar desses problemas, eu acho que o conceito de gerações e diferenças geracionais pode ter alguma tração. É interessante considerar como discursos ou argumentos sobre diferenças geracionais ou identidades são usados tanto no debate público quanto na vida cotidiana, especialmente em torno da mídia e da tecnologia. Há um corpo de trabalho teórico aqui, por exemplo, na análise de nível macro de Mannheim da construção social e histórica de gerações. Mas gerações também são construídas – e as pessoas passam a se definir

¹⁰ Oficialmente, a Amazônia abrange, além das unidades federativas da Região Norte do país, também os estados do Maranhão e Mato Grosso, assim como territórios fora do Brasil, pertencentes ao Peru, ao Equador, ao Suriname, à Colômbia, à Bolívia, à Venezuela e à Guiana Francesa.

¹¹ Dados do Censo promovido pelo IBGE (2016).

como membros de gerações — no nível micro, em interações cotidianas. Aqui, recorreria à noção de "geração", a ideia de que (tanto para jovens quanto para adultos) estamos nos definindo como membros de gerações por meio de uma performance em constante mudança de identidades etárias. Esse processo se desenrola em lares e escolas, em termos de como as pessoas usam a tecnologia, no que dizem sobre a tecnologia e em termos de como a atividade de usar a tecnologia é produzida, construída e regulamentada. Então, por exemplo, poderíamos considerar como os pais (eu incluso) constroem seus filhos como especialistas em tecnologia, enquanto ao mesmo tempo tentam monitorar e regular o que eles estão fazendo com a tecnologia. Essa construção mútua de gerações pode ser um processo bastante complexo e ambivalente (Buckingham, 2009, p. 8).

Sendo assim, é importante ressaltar que este trabalho se apropria de modo crítico da noção de nativos digitais, não para naturalizar as diferenças entre crianças e adultos diante da cibercultura, pressupondo a uniformidade entre indivíduos de diferentes cenários no que tange aos seus modos de agir, pensar e aprender, mas para evidenciar a complexidade intrínseca ao tema e, por consequência, reforçar a necessidade de compreender como essas nuances estão subordinadas a fatores históricos, econômicos, sociais e culturais (Cruz Junior, 2018). Em última análise, busca-se compreender, por intermédio dos dados da TKOB, as formas singulares como os supostos “nativos digitais” da Amazônia interagem com a rede, reunindo fragmentos de uma infância mediada por tecnologias, além de identificar como essas evidências sugerem desafios e implicações para o campo educacional.

SOBRE A PESQUISA TIC KIDS ONLINE BRASIL

Lançada em 2012, a pesquisa TIC Kids Online Brasil (TKOB) tem o objetivo de investigar o uso da internet por crianças, seus hábitos, seus comportamentos, os riscos e as oportunidades encontrados on-line. Trata-se de uma ação inspirada no EU Kids Online, projeto iniciado em 2006 e direcionado especificamente ao contexto europeu. Já a versão brasileira, a TKOB, é uma iniciativa do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), uma divisão do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), órgão vinculado ao Governo Federal. Ao adaptar a proposta europeia

para o contexto brasileiro, a TKOB busca produzir dados relevantes acerca da experiência de crianças e adolescentes em rede no país.

Desde a sua criação, a TKOB coleta dados anualmente por meio de entrevistas domiciliares com crianças e adolescentes de 9 a 17 anos, incluindo em seu escopo também seus pais ou responsáveis. A pesquisa abrange tanto áreas urbanas quanto rurais e utiliza uma amostra representativa da população brasileira nessa faixa etária. Em termos de objetivos específicos, o projeto destaca ações como:

- Produzir estimativas sobre o acesso à internet por crianças e adolescentes, bem como investigar o perfil de não usuários da rede.
- Compreender como as crianças e os adolescentes acessam e utilizam a internet e quais são suas percepções em relação aos conteúdos acessados, assim como sobre as oportunidades e os riscos on-line.
- Evidenciar experiências e preocupações de pais ou responsáveis quanto ao uso da internet por parte dos filhos e tutelados.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa é realizada em domicílios selecionados aleatoriamente em todo o território nacional, com base no Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em cada residência são realizadas duas entrevistas presenciais: uma com uma criança ou um adolescente entre 9 e 17 anos de idade e outra com sua mãe, seu pai ou responsável. É importante ressaltar que a criança somente é entrevistada mediante a autorização prévia de seus pais ou responsáveis.

A produção e a coleta de dados ocorrem por meio de questionários preenchidos de duas formas diferentes: 1) face a face: o entrevistador faz as perguntas ao entrevistado e anota suas respostas em um tablet especialmente programado para essa tarefa; 2) autopreenchimento: o questionário é preenchido pela própria criança ou adolescente, para preservar sua privacidade. Uma vez obtidos os dados, as respostas são arquivadas automaticamente, de modo a respeitar o sigilo dos participantes e a confidencialidade de suas informações. Esses questionários são aplicados por

entrevistadores devidamente identificados com crachá do IBOPE Inteligência, que é o instituto de pesquisa responsável por essa etapa.

Ao longo dos anos, a TKOB tem aperfeiçoado seus procedimentos e instrumentos de investigação com o intuito de incluir novas questões e tópicos relevantes, refletindo as mudanças no ecossistema digital, como o aumento do uso de smartphones, redes sociais e jogos on-line e novas formas de comunicação e interação digital. Além disso, a TKOB tem seu processo de coleta de dados associado à operação de campo da pesquisa TIC Domicílios: projeto iniciado em 2005, cujo objetivo é investigar o acesso às tecnologias de informação e comunicação nas residências brasileiras. Desse modo, as referidas pesquisas compartilham a forma de seleção dos indivíduos respondentes, descrita em detalhes na seção de planejamento amostral. Ainda que os dados tenham sido coletados conjuntamente, os resultados relativos às duas pesquisas são divulgados em relatórios específicos para cada público.

Em termos amostrais, a TKOB 2023 faz parte de um amplo planejamento que tem como meta abranger aproximadamente 1.200 domicílios pertencentes a cerca de 80 setores censitários de cada uma das 27 unidades da federação brasileiras, totalizando 34.425 domicílios distribuídos em 2.295 setores censitários. Ao todo a pesquisa mobilizou 300 entrevistadores e 19 supervisores de campo, os quais conduziram os trabalhos de coleta e registraram ocorrências que, por ventura, tenham impedido a efetiva realização das entrevistas, como ausência dos residentes ou recusa de participar por parte do responsável pelo domicílio. Ao final, foram visitados 23.795 lares em 619 municípios, alcançando 70% da amostra inicialmente fixada. No entanto, desse total, 21.271 lares participaram da pesquisa TIC Domicílios, a qual se destina à população com 10 anos de idade ou mais, enquanto o restante (2.704 domicílios) participou especificamente da TKOB.

METODOLOGIA

Trata-se de uma investigação qualitativa de cunho exploratório, isto é, aquela em que não há intenção de formular resultados generalizáveis, mas, sim, promover uma aproximação sistemática de um fenômeno ou objeto de estudo emergente (Bogdan; Biklen, 1994). Ainda que a TKOB seja realizada desde 2012, é importante ressaltar que, além das variações existentes entre os resultados de cada ano, a análise dos dados em questão dá margem à aplicação de múltiplos enfoques distintos. Nesse sentido, o caráter exploratório da pesquisa se justifica pela escassez de olhares focados nas características singulares das relações entre crianças e TDICs na Amazônia.

Este trabalho também se orienta conforme os princípios da pesquisa documental, perspectiva que se assemelha aos estudos de natureza bibliográfica, diferenciando-se somente na natureza de suas respectivas fontes: “enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa” (Gil, 2002, p. 45). O corpus empírico se encontra disponível on-line no site do próprio CETIC, e seus resultados estão divididos por indicadores distribuídos da seguinte forma: a) acesso; b) atividades na internet; c) habilidades para o uso da internet; d) mediação para o uso da internet; e) riscos e danos; e f) privacidade. O site também disponibiliza publicações, análises e apresentações derivadas da pesquisa, as quais serão consultadas durante o processo de análise dos dados, mas não farão parte do corpus empírico examinado.

Os dados decorrentes desse processo foram sistematizados de acordo com os princípios da análise de conteúdo, tal como concebida por Bardin (2009). Essas informações foram organizadas de acordo com categorias analítico-descritivas formuladas com base nos próprios resultados oriundos da pesquisa empírica, a saber: 1) contrastes dos dados nacionais da TKOB de 2022 e 2023; e 2) análises relativas às crianças e aos jovens da Região Norte.

RESULTADOS: O CENÁRIO NACIONAL ENTRE 2022 e 2023

Num primeiro momento, é conveniente destacar que, entre 2022 e 2023, o Brasil apresentou um aumento nos indicadores relativos às condições de acesso e uso da internet. Em 2022, 92% da população com idade entre 9 e 17 anos no país declarou navegar na internet (aproximadamente 24,4 milhões de crianças e adolescentes). Já em 2023, esse índice subiu para 97% de crianças e jovens que afirmaram ter acessado a rede nos três últimos meses que antecederam a pesquisa, demonstrando uma elevação de cinco pontos percentuais em relação ao ano anterior. O mesmo se observou em relação à média nacional de acesso à rede por meio de wi-fi, que saltou de 83% em 2022 para 95% em 2023, representando um crescimento de 12 pontos percentuais.

No que tange aos dispositivos, os computadores portáteis e de mesa, que em outros tempos já cumpriram o papel de via de acesso principal à rede, confirmam uma tendência de queda: em 2022, 26% dos participantes declararam recorrer à referida plataforma, enquanto em 2023 esse número caiu para 23% de notebooks e 22% de computadores de mesa. Em contrapartida, os telefones celulares seguem sendo o dispositivo mais utilizado por crianças e jovens para acessar a internet, e, mesmo oscilando entre regiões, podem ser considerados praticamente onipresentes, alcançando 97% dos pesquisados, em contraste com os 96% do ano anterior. Também merece destaque a presença crescente de smart TVs no que tange à promoção do acesso à rede mundial de computadores: em 2023, 70% dos pesquisados revelaram utilizá-las, contra 62% em 2022.

Sobre as práticas on-line, a TKOB também mostra indicadores com tendência de crescimento em relação aos anos anteriores. Em 2023, 79% dos jovens pesquisados afirmaram usar redes sociais, em contraste com 72% do ano anterior - alcançando 7% de variação; e 44% disseram ter compartilhado ou postado algo em algum perfil na internet, em contraste com 41% de 2022 - atingindo 3% de variação.

O engajamento cívico e comunitário permanece como uma das lacunas observadas em diferentes edições TKOB. Isso pode ser verificado na estagnação de diferentes indicadores ligados ao assunto: apenas um terço dos participantes afirmou ter conversado com pessoas de outras cidades, países ou culturas - 35% em 2023 contra 33% em 2022; 12% declararam ter conversado na internet sobre política e problemas locais em ambos os anos; e apenas 2% participaram de campanha ou protesto na internet nas duas últimas edições da pesquisa.

O cenário envolvendo as habilidades digitais também evidenciou alterações. A maioria dos participantes demonstrou confiança em seus próprios conhecimentos sobre a rede: aproximadamente três em cada quatro jovens entrevistados declararam concordar com a afirmação de que “sabem muitas coisas sobre como usar a internet” - 75% em 2023 e 77% em 2022. Ao serem indagadas em 2023 se sabiam “mais sobre a internet do que seus pais”, duas em cada três crianças declararam concordar com a afirmação (66%). Entretanto, essa percepção parece estar em tendência de queda, já que no ano anterior a mesma assertiva foi confirmada por 70% dos participantes. Entre as hipóteses plausíveis, está a de que os pais e responsáveis estão buscando mais informações sobre a cultura digital e a educação midiática, seja para si ou para aqueles sob a sua tutela.

No tocante aos riscos on-line, as pesquisas de 2023 e 2022 não apresentam indicadores compatíveis ou passíveis de comparação. Ainda assim, é válido destacar alguns dos resultados obtidos nos últimos dois anos da TKOB a esse respeito. Em 2022, quando perguntadas se já testemunharam alguma situação de violência on-line, quase metade das crianças (41%) respondeu positivamente, declarando já terem se deparado com outros usuários sendo discriminados pela cor da pele (25%), pela aparência física (19%), por gostar de pessoas do mesmo sexo (15%) e por ser mulher/menina (7%). Além disso, aproximadamente uma em cada sete crianças assumiu já ter agido de forma ofensiva na internet (17%). Em 2023, quase dois terços desses jovens (62%) declararam ter tido contato com alguma publicidade e propaganda nos últimos

12 meses, enquanto metade deles (50%) admitiu ter pedido algum produto aos pais após ter estabelecido contato com anúncios no último ano.

Evidentemente, por conta do extenso volume de dados publicados, não houve uma descrição ou comparação integral dos resultados da TKOB 2022 e 2023. Ainda assim, a intenção desta seção é tão somente explorar algumas das principais tendências delineadas em âmbito nacional, na tentativa de esboçar um contexto geral para os destaques feitos especificamente sobre a Região Norte - tema da próxima seção.

RETRATOS AMAZÔNICOS DA REGIÃO NORTE

Considerando a abrangência nacional da TKOB e buscando reconhecer as especificidades dos dados relativos à Região Norte do Brasil, é oportuno observar os resultados obtidos na pesquisa de 2023 nesse território em contraste com as demais regiões do país.

No plano do acesso, em relação à frequência de uso da internet, a pesquisa indica que 76% das crianças e adolescentes dessa região utilizam a rede mais de uma vez por dia, índice que se encontra abaixo da média nacional¹² (83%). Em comparação a outras regiões, isso significa dizer que enquanto uma em cada quatro crianças amazônicas não acessa a rede mais de uma vez por dia, em outros cenários, como a Região Centro-Oeste onde essa prática abrange 91% desse público, essa proporção despenca para somente uma em cada dez crianças. Inclusive, a região amazônica possui nesse quesito índices inferiores até mesmo àqueles observados nas médias nacionais de áreas rurais, nas quais 79% dos jovens apresentaram frequência diária de acesso à internet.

¹² Para fins de esclarecimento, operamos com a estimativa de uma margem de erro de 3% para mais ou para menos. Sendo assim, entendemos: a) um indicador “abaixo da média” como aquele que é mais de três pontos percentuais inferior em comparação a outro; b) um indicador “acima da média” como aquele que é mais de três pontos percentuais superior em comparação a outro; e c) um indicador “na média” como aquele que possui até três pontos percentuais a mais ou a menos de variação em comparação a outro.

Em relação à posse de dispositivos, os smartphones demonstram ampla vantagem, sendo apontados por 71% das crianças do Norte - média nacional de 80% - confirmando a presença cada vez menor de outras plataformas como computadores (5%), tablets (4%) e notebooks (3%) - índices consonantes com as médias nacionais. Novamente, revela-se o contraste existente dentro do próprio território brasileiro, em que a Região Norte volta a apresentar os índices mais baixos do país, com números que destoam daqueles obtidos no Centro-Oeste (85%) e no Sudeste (89%). Trata-se de uma variável importante na medida em que 95% do acesso à internet de jovens nortistas é feito via telefones celulares. Logo, se esses aparelhos estão disponíveis a uma parcela reduzida da população, isso tende a produzir distorções na capacidade de participação on-line desses cidadãos.

Essa questão ganha mais destaque quando levamos em conta que, mesmo com as distorções de acesso a dispositivos e à internet entre as regiões do Brasil, 83% das crianças nortistas possuem perfil pessoal em redes sociais, sendo as mais populares: X/Twitter (14%), Facebook (41%), Instagram (58%), TikTok (56%), WhatsApp (67%) e YouTube (79%). Quando indagados sobre aquela que consideram a principal rede social que utilizam, esses indivíduos apontaram o YouTube (30%), seguido pelo TikTok (27%) e pelo Instagram (23%). Também é conveniente observar que, na média geral, a posse desses perfis varia sensivelmente de acordo com a idade: dos 9 aos 10 anos, dois terços desses jovens (68%) já se encontram nessas plataformas, enquanto dos 15 aos 17 anos, essa presença é praticamente total (99%).

Em relação às habilidades digitais, o cenário do Norte novamente revela descompassos em relação às demais regiões. Quando perguntados se “o primeiro resultado de uma pesquisa é sempre a melhor fonte de informação”, mais da metade das crianças nortistas (56%) concordou com a assertiva, enquanto a média nacional não ultrapassa 40%. Essa diferença pode aumentar se compararmos os referidos números com os das Regiões Sul (34%) e Sudeste (32%), em que essa concordância se limitou a apenas um terço dos participantes. Trata-se de uma afirmação falsa, uma vez que algoritmos dos

mecanismos de busca como Google por vezes hierarquizam resultados levando em conta critérios que privilegiam anúncios publicitários, em detrimento da qualidade e/ou confiabilidade do conteúdo.

Outro exemplo similar é a frase “empresas pagam pessoas para usar seus produtos nos vídeos e conteúdos que publicam na internet”, que foi considerada verdadeira por duas em cada três crianças da Região Norte (66%), enquanto a média nacional sobe para quase quatro em cada cinco (78%). Isso significa que as primeiras têm maior dificuldade em perceber aspectos básicos do marketing digital e dos modelos de negócio dominantes na internet, nos quais influenciadores e produtores de conteúdo frequentemente são contratados para divulgar mercadorias para seus seguidores e demais usuários. Dito de outra forma, os jovens da Amazônia têm, em comparação com os das demais regiões do Brasil, mais dificuldade em compreender que nem todas as aparições de produtos e serviços nos perfis que acompanham na internet são espontâneas, não conseguindo distinguir a “vida real” de uma peça publicitária¹³.

Em relação ao restante do país, as crianças da Região Norte demonstraram maior suscetibilidade a situações de potencial risco à sua privacidade. Mais precisamente, foram examinadas as seguintes indagações: a) “se são cuidadosas com convites de amizade recebidos na internet”, 71% delas concordaram, contra 77% da média nacional e 89% na Região Sul; b) “se são cuidadosas com links de vídeos em que clicam”, 68% concordaram, contra 77% da média nacional e 86% da Região Sul; e c) “se são cuidadosas com informações pessoais que dizem ou postam na internet”, 78% concordaram, contra 83% da média nacional e 91% da Região Sul. Apesar da demonstração de autoconsciência, esses dados mostram como as crianças da Amazônia também podem estar mais vulneráveis a ameaças do ciberespaço.

Há também aspectos dignos de destaque no âmbito da mediação das atividades realizadas em rede. A esse respeito, 38% das crianças da Região Norte afirmaram acessar internet em lugar privado, isto é, sem a presença de outras pessoas (como pais, irmãos e demais parentes) - número ligeiramente

¹³ Para mais detalhes, ver Pariser (2012).

acima da média nacional de 34%. Além disso, 65% delas acreditam “saber mais de internet que seus pais” - alinhando-se à média nacional de 66%; e 75% acreditam “saber muitas coisas sobre a internet” - também em consonância com o índice nacional (75%). Diante desse cenário, cabe indagar: é possível que as crianças e os jovens estejam superestimando suas próprias competências digitais? Até que ponto o conhecimento dos pais e responsáveis é suficiente para acompanhar as atividades (on-line) desses sujeitos?

Nesse ponto, é conveniente observar o que a pesquisa apresenta no que diz respeito à mediação parental. À primeira vista, a supervisão de pais demonstrou sintonia com o cenário nacional, com poucos índices destoantes. Ao serem perguntadas sobre o tipo de cuidado tomado por seus pais, 45% das crianças afirmaram que esses as acompanham enquanto acessam a internet, falando ou participando do que estão fazendo, enquanto a média nacional alcança 48%. Ao mesmo tempo, isso também significa que cerca de metade dos adultos não acompanha as atividades on-line das crianças. Quando o assunto é o incentivo para que aprendam coisas sozinhos na internet, metade dos jovens pesquisados (49%) confirmou receber esse tipo de apoio, demonstrando taxas ligeiramente inferiores à média nacional (56%).

Outro fato relevante é que “espiar” o que os filhos fazem on-line é uma prática difundida entre figuras parentais. De acordo com as crianças, mais da metade dos pais costuma olhar seu celular para verificar o que estão fazendo ou com quem estão falando - índice que atingiu 55% na Região Norte e 60% na média nacional. Por outro lado, a maior parte dos adultos ainda prefere formas de interação mais diretas e explícitas, como conversas com as crianças a respeito de suas atividades na internet, prática em que a Região Norte (68%) e a média nacional (69%) estão empatadas. Esse tipo de diálogo costuma estar associado às práticas empregadas para a fixação de certos limites e consensos. Um exemplo são as permissões e proibições dos pais para a realização de certas atividades, como o compartilhamento de informações pessoais com outras pessoas na internet, ação vetada para 69% das crianças brasileiras e 74% daquelas que habitam a Região Norte.

Por fim, a pesquisa traz evidências úteis para a compreensão dos papéis cumpridos pela educação em relação ao digital. Sobre isso, os dados revelam que a internet desempenha função importante no apoio às atividades de sala de aula. Nas entrevistas, quatro crianças em cada cinco da Região Norte (81%) afirmaram utilizar a internet para realizar trabalhos de escola, empatando com a média nacional (81%). Além disso, a rede também é utilizada por elas para obter outros tipos de informação, como notícias (53%) ou mesmo conteúdos sobre saúde (43%). Por outro lado, apenas 38% das crianças da Amazônia acessam a internet na escola, novamente revelando-se abaixo da média nacional de 47%, enquanto em casa esse índice atinge 94%. Nesse sentido, é possível afirmar que mesmo com a participação ativa do ciberespaço no suporte a formas de aprendizagem escolar e não escolar, as instituições de ensino parecem ainda se constituir como atores secundários no que se refere à garantia e à promoção de formas e recursos de comunicação digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa TKOB reúne fragmentos significativos do cenário brasileiro no que diz respeito ao contato de crianças e jovens com a informação, ao ciberespaço e às tecnologias digitais. Trata-se de um documento capaz de fornecer subsídios úteis à formulação de diagnósticos e políticas de inclusão digital e educação midiática.

Em termos de resultados, a pesquisa nacional revelou que os indicadores ligados ao acesso às redes e aos dispositivos digitais têm aumentado em todo o país. Por outro lado, tais melhorias se distribuem de forma desigual pelo território brasileiro, pesando sobre a região amazônica a maior parte dos índices mais preocupantes ou menos promissores.

1. As crianças da Amazônia ainda convivem com condições infraestruturais de acesso à rede inferiores àquelas observadas no restante do país, situação que restringe suas possibilidades de participação em tarefas cotidianas elementares.

2. Apesar dos esforços de construção de pactos e estabelecimento de regras de uso da internet, os pais e responsáveis ainda demonstram dificuldades para acompanhar e orientar de forma efetiva as atividades on-line das crianças.
3. Apesar de seu potencial, as escolas ainda têm atuação discreta no que diz respeito à correção de distorções de acesso, à oferta de oportunidades concretas de inclusão sociodigital e à difusão de conhecimentos ligados à educação midiática e ao engajamento cívico na rede.
4. O amplo fomento dessas habilidades revela-se, aliás, bastante necessário, na medida em que as crianças amazônidas tendem a “inflacionar” suas próprias capacidades de lidar com o mundo digital, mesmo demonstrando dificuldades para compreender o funcionamento de aspectos básicos dos ambientes on-line que frequentam diariamente.

Quanto à função da noção de “nativos digitais” para a pesquisa acadêmica, o estudo fez eco às inferências já apresentadas em outras investigações, reforçando o papel da diferença e da desigualdade como categorias-chave que impedem a universalização de narrativas sobre a infância e adolescência. Ainda assim, entende-se que essa ideia tem mais chances de manter-se útil ao trabalho científico caso se desloque de seu viés normativo, no sentido de um conjunto de regras e condições rígidas às quais crianças e adultos acabam normalmente sendo enquadrados, para um enfoque de caráter descritivo, como abordagem consciente da pluralidade de modos de materializar as diferenças entre gerações com e por intermédio do digital.

Finalmente, cabe reconhecer que novos estudos são necessários para compor uma imagem mais sólida dos desafios e das oportunidades do digital para as crianças da Amazônia. Em um cenário em que a internet atua como protagonista de processos globais de comunicação, há espaço crescente para investigações interessadas nos diferentes papéis cumpridos pelas TDICs no cerne de dinâmicas interculturais e na configuração de forças (contra)coloniais

que, em maior ou menor grau, exercem influência sobre a constituição e manifestação de diferentes infâncias. Assim, o papel da educação é fundamental no sentido de reconhecer as demandas formativas capazes de fortalecer o desenvolvimento das crianças amazônidas como indivíduos, aprendentes e cidadãs.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Lawrence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BELLONI, Maria Luiza. *O que é sociologia da Infância?* Campinas: Autores Associados, 2009.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto, 1994.
- BUCKINGHAM, David. *Crescer na era das mídias eletrônicas*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- BUCKINGHAM, David. Talking about their generation: constructions of the digital learner. In: DAS, Rajana; BECKETT, Charlie (Orgs). *"Digital Natives": a myth?* London: Ofcom, 2009.
- CRUZ JUNIOR, Gilson. ENTRE OS FILHOS E ÓRFÃOS DA CIBERCULTURA: Revisitando a noção de nativos digitais. **Revista Observatório**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 837-858, 2018.
- FERNANDES, Natália; SIQUEIRA, Romilson Martins. Introdução. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; FERNANDES, Natália; SIQUEIRA, Romilson Martins (Orgs.). *A defesa dos direitos da criança: uma luta sem fronteiras*. Goiânia: Cànone Editorial, 2020.
- FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos.; MIGUEZ, Samia Feitosa. O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, São Paulo, v. 61 n.3, p. 30-32, 2009.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- PISCHETOLA, Magda. *Inclusão digital e educação: a nova cultura da sala de aula*. Petrópolis, Vozes: Rio de Janeiro, editora PUC-Rio: 2016.
- PARISER, Eli. *O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PRENSKY, Marc. Digital natives, digital immigrants. Lincoln: MCB University Press, *On The Horizon*, Vol. 9 No. 6, outubro, 2001a.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância na encruzilhada da Segunda modernidade. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz (Orgs.). *Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância*. Porto: Editora Asa, 2004.

SELWYN, Neil. *Is technology good for education?* Cambridge: Polity Press, 2016.

Recebido em: 19/03/2025
Aprovado em: 13/10/2025
Publicado em: 19/11/2025